

Why Are We Waiting? The Logic, Urgency, and Promise of Tackling Climate Change

Nicholas Stern, The MIT Press, Cambridge,
Massachusetts, London, England

April 2015¹ (448 páginas, 21 figuras e quatro tabelas)

A problemática atinente às alterações climáticas é tão atual quanto urgente é o seu combate e divulgação. Stern tem uma visão, um objetivo e um compromisso. Uma visão apaixonada, mas lúcida, não se resumindo a diagnosticar, também dá a receita: é urgente agir. Insta então perguntar: como agir? O seu compromisso é com as gerações vindouras.

Os riscos das alterações climáticas são potencialmente incomensuráveis. Os benefícios da ação são também claros, argumenta Stern. Podemos ver que o desenvolvimento económico, a redução das emissões e a adaptação criativa caminham lado a lado. Uma transição comprometida e forte com baixa emissão de carbono poderá desencadear uma nova onda de transformação e investimento económico e tecnológico, uma nova era de prosperidade global e sustentável.

Alguns poderão dizer que os riscos são pequenos, outros argumentar que a incerteza nos dirá que é melhor esperar e ver, outros que nos poderemos adaptar ao que nos vier pela frente. Mas Stern diz-nos que é urgente atuar agora e também porquê.

É um livro em parte complexo, designadamente quando aborda aspetos económicos das alterações climáticas, mas que prende o leitor pela sua capacidade argumentativa e comunicativa que simplifica ao máximo as questões levantadas. Explica porque, apesar dos grandes atrativos de um novo caminho, de uma nova oportunidade, tem sido tão difícil lidar eficazmente com a mudança climática.

Poucas pessoas impõem tanto respeito no mundo grandemente controverso da mudança climática como Nicholas Stern. É autor da seminal “Stern Review” de 2006 – sobre a economia das alterações climáticas, um marco na economia da mudança do clima e um dos documentos mais influentes que debatem implicações económicas autênticas relativamente ao clima, consagrando-se como o relatório que estabeleceu os alicerces da teoria

¹ De referir que a obra que aqui analisamos, é a edição *Paperback* de julho de 2016, sendo que a publicação original (e ainda 1ª edição) em *Hardcover* é de abril de 2015, bem como a sua versão eBook.



económica sobre as alterações climáticas. Adaptou em 2009 este relatório para o público em geral com a publicação do livro “O acordo global: as alterações climáticas e a criação de uma nova era de progresso e prosperidade (um modelo para um planeta mais seguro). Ex economista chefe do Banco Mundial é atualmente professor IG Patel de Economia e Governo na London School of Economics e Presidente do Instituto de Investigação de Grantham sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente. Desde 2013, é Presidente da Academia Britânica. As suas pesquisas e publicações têm-se concentrado na economia das mudanças climáticas, desenvolvimento económico e crescimento, teoria económica, reforma tributária, políticas públicas e o papel do Estado e economias em transição.

Em 2014, como parte de uma comissão presidida por Felipe Calderón, Nicholas Stern ajudou a produzir um relatório intitulado “A Nova Economia Climática”, apresentado às Nações Unidas, expondo um plano económico para combater a mudança climática.

Este livro é baseado na palestra “Lionel Robbins Lectures” proferida por Nicholas Stern em 2012, na London School of Economics, e foi escrito antes da Conferência Climática COP 21, que teve lugar em Paris, em dezembro de 2015.

Formalmente é composto por 3 partes, onde são distribuídos 10 capítulos, uma introdução, um prefácio do autor e outro de Richard Layard.

O mantra principal deste livro é a necessidade e urgência em agir agora no que concerne às alterações climáticas. Nicholas Stern destaca na introdução, que não só os riscos e custos da mudança climática são potencialmente colossais, mas também são piores do que o inicialmente previsto no aludido relatório Stern de 2006, e a nossa ação até à data tem sido muito lenta. O autor identifica um período crítico de mudança estrutural quando grande parte do sistema energético mundial será criado ou renovado. Esta transformação, segundo ele, é uma oportunidade específica para atingir também as ações chave necessárias para manter um aumento da temperatura de 2^o C. Com base nesta premissa Stern enfatiza os benefícios de uma economia de baixo carbono, como seria e como poderíamos alcançá-la. Também aprofunda a ética e a filosofia moral em torno de como valorizamos o futuro.

A primeira parte, é dedicada à análise de um planeta entre o perigo e a prosperidade. Aborda a ciência e debate como esta molda a economia, a ética, a política e possíveis prognósticos. Também aborda a problemática de como estamos a construir uma nova revolução energética industrial.

A segunda parte aborda os princípios e a lógica da política para a mudança - economia e ética, as políticas para mudança dinâmica e transição (lições de história económica e teoria económica) e como algumas análises económicas têm distorcido os problemas. Por fim, a ética dos valores e avaliações intertemporais. Também delimita abordagens gerais à filosofia moral e política, que designa: convergindo perspectivas.

A terceira parte olha para a ação em redor do mundo: progresso, colaboração e equidade. Aborda a evolução climática em todo o mundo, como se almeja construir ações nacionais e internacionais e a equidade entre povos e nações.

Por fim, a conclusão aborda a temática de como as ideias mudam ao longo do tempo. O capítulo final discute quatro razões pelas quais estamos à espera, defendendo o autor que são centrais. Em primeiro lugar, dificuldades analíticas e controvérsias. O livro discute as limitações da modelagem económica e modelos de avaliação integrados, e discute controvérsias sobre como valorizamos o futuro (como o desconto) e a necessidade de olhar mais profundamente a filosofia moral e a ética. Em segundo lugar, os déficits de comunicação. Os oponentes da ação e negadores da ação climática, muitas vezes usam os seus argumentos de forma mais eficaz. Sugere o autor, que os defensores da ação climática devem utilizar retórica e quadros que ressoem com os valores e emoções que possam inspirar ação. Em terceiro lugar, as barreiras psicológicas, por exemplo, aversão à perda de “status quo” e preconceitos, enviesamentos cognitivos, problemas psicológicos que a perceção do risco forma, e em quarto, os obstáculos estruturais e institucionais para alcançar uma nova revolução em energia.

O autor agrupa argumentos de que são necessárias reduções rápidas e radicais das emissões de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global a 2º C acima das temperaturas pré indústrias e questiona-se por que razão o progresso é tão lento.

A mudança climática não é, no entanto, só um problema ambiental, é um problema de direitos humanos. Um problema de restrição ou quiçá violação, designadamente por parte de Estados, e produtores de combustíveis fósseis, por ação ou omissão. As alterações climáticas têm indubitavelmente impactos nos direitos humanos.

Stern enfatiza que ainda é possível transformar esta desmesurada ameaça – o aquecimento global e as alterações climáticas – numa oportunidade impar: corrigindo falhas de mercado, definindo novas políticas públicas, vencendo a crise económica e financeira em que estamos imersos e abrindo um novo caminho para o desenvolvimento, para a prosperidade e para o combate à pobreza mundial.

O autor alega que, à medida que os gases de efeito de estufa se acumulam na atmosfera, as temperaturas vão subir além daquelas experimentadas na Terra por milhões de anos. Permitir que isso aconteça levará ao caos, conflitos e destruição para o meio e a segunda metade deste século, o que poderá incluir a movimentação de centenas de milhões de pessoas, com os riscos associados de conflitos graves e prolongados, problemas de soberania e segurança nacional e global. Para evitar ou reduzir esses riscos, as emissões de gases de efeito de estufa devem ser quase eliminadas até ao final do século XXI. Argumenta que o atraso é perigoso por duas razões. Em primeiro lugar, porque a maioria dos gases de efeito

de estufa (particularmente o CO₂) são de longa vida na atmosfera e, portanto, os gases emitidos hoje terão efeitos muito no futuro e, em segundo lugar, porque as escolhas feitas hoje, como por exemplo, os países construírem ou renovarem infraestruturas energéticas, sistemas de transporte, não serão facilmente revertidos. De acordo com Stern, os caminhos para uma economia de baixo carbono são atrativos e levam ao crescimento económico e a muitos benefícios colaterais, como no caso de outras ondas de inovação nos últimos 250 anos (tais como computadores, internet e ciência médica).

Portanto, no seu entender, podemos evitar a mudança climática e impulsionar a economia mundial e, se agirmos agora, podemos construir uma economia global, forte, inclusa e resiliente e que também possa evitar mudanças climáticas perigosas.

Enfrentar as mudanças climáticas, superar a pobreza e promover o crescimento e o desenvolvimento exigem a colaboração entre povos e nações. Para Stern a equidade é um elemento chave em gerar a ambição na ação global e nacional e a confiança mútua.

Por outro lado, conforme refere Mary Robinson² (antiga alta comissária da ONU para os direitos humanos) a mudança climática é também a maior ameaça aos direitos humanos no século XXI. A justiça climática responde ao argumento moral para resolver a mudança climática. Em primeiro lugar, estar ao lado daqueles que mais sofrem e são mais afetados. E em segundo lugar, certificar-se de que eles não são deixados para trás, novamente, quando começarmos a avançar e começarmos a resolver a alteração climática.

Julgamos que Stern poderia ter explorado mais esta vertente fundamental: as alterações climáticas têm um impacto sobre as pessoas, sobre os seus direitos universais. Por exemplo, sobre o direito à alimentação e à água potável, à saúde e à educação, e ao abrigo ou situações potencialmente emergentes como o “direito ao ar limpo”, o “direito à temperatura habitável”, o “direito a não ter medo das alterações climáticas”, o “direito ao desenvolvimento sustentável”, à “migração com dignidade”. É certo que se refere à equidade entre povos e nações e à responsabilidade para com as gerações futuras e às desigualdades, mas gostaríamos de ter lido um capítulo autónomo sobre os direitos fundamentais visados pelas alterações climáticas.

Stern dá *inter alia* o exemplo da China e de Pequim. O crescimento da China faz parte de uma mudança tremenda e fundamental na estrutura da economia global. Há 25 anos, os países em desenvolvimento, os países mais pobres do mundo apesar de albergarem a grande maioria de pessoas, contavam com um terço da emissão mundial. Agora é mais de metade, daqui a 25 anos será provavelmente dois terços dos países que vimos há 25 anos como em desenvolvimento. Significa que a maior parte dos países, ricos ou pobres, enfrentarão duas transformações fundamentais.

² Vide Ted.com, Mary Robinson: “Why climate change is a threat to human rights”.

Conforme refere Stern, estamos num momento maravilhoso, num notável momento da história. “Enfrentaremos ao longo das próximas duas décadas duas transformações fundamentais que vão determinar se os próximos 100 anos serão o melhor ou o pior dos séculos”. A primeira delas é a mudança básica estrutural das economias e sociedades. Cinquenta por cento da população mundial vive em áreas urbanas. Em 2050, serão 70%. Nas próximas duas décadas veremos a demanda de energia aumentar em 40%, e o crescimento da economia e da população coloca um aumento de pressão na terra, na água e nas florestas. É uma mudança estrutural profunda. Se a conduzirmos de maneira negligente ou com pouca visão criaremos lixo, poluição, congestionamento, destruição da terra e das florestas. A segunda é a transformação climática. Uma e outra caminham lado a lado.³

O futuro do abastecimento energético é uma oportunidade para uma nova revolução industrial em virtude de uma mudança tecnológica. Podemos ter um clima melhor, um mundo melhor, combater a pobreza e apostar nas energias limpas e conforme Stern refere, ter um acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável, inclusivamente é possível exportar energia limpa. Mas a ética das alterações climáticas coloca questões intergeracionais. Como podemos comparar o valor de algo para as pessoas de hoje *versus* o seu valor para as pessoas futuras? Tem que haver um desconto de bens futuros, mas então como avaliamos hoje os bens consumidos no futuro? Devemos descontar o valor dos bens futuros porque as pessoas no futuro serão mais ricas? Importa saber que bens e que pessoas. As taxas de desconto não podem simplesmente ler os mercados. Será possível descontar futuros benefícios ou vidas? Será discriminação por data de nascimento...

Além das questões intergeracionais também se colocam questões intrageracionais como por exemplo questões de equidade para a cooperação internacional – quais países, devem fazer o quê e quando. É nesse contexto que Stern invoca o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável (linguagem da COP 16 em Cancun, 2010). Todos têm direito ao desenvolvimento sustentável como parte e transformação colaborativa para um mundo sem carbono. Os países mais ricos que cortarem mais rápido geram exemplos, promovem fluxos financeiros e tecnológicos.

O preço das energias limpas, mormente, solar e eólica caiu tanto em algumas zonas que podem agora competir com os combustíveis fósseis sem exigir subsídios. Ao mesmo tempo, o carvão tornou-se mais caro e menos seguro.

Terá que haver uma resposta institucional forte, um sistema de colaboração dinâmica, um forte acordo internacional sobre clima e políticas que responsabilizam os poluidores, o ambiente terá que ser critério de gestão a nível local nacional e global. Um forte e crescente

³ Dados in: Ted.com, Lord Nicholas Stern, “*The state of the climate – and what we might do about it*”.



preço das emissões é uma base essencial de uma economia de baixo carbono. O primeiro passo foi dado em Paris 2015.

As alterações climáticas correspondem a um desafio universal, que não desaparece quando transpomos as fronteiras políticas que repartem os países, são um problema comum. O aquecimento global é uma das grandes ameaças do nosso tempo e como tal deve estar no topo da agenda dos decisores políticos globais, nacionais e locais.

As alterações climáticas não gozam, porventura ainda, da visibilidade mediática de outras ameaças com impactos mais imediatos na segurança humana, como o terrorismo ou a recente crise humanitária dos refugiados. No entanto, são uma ameaça bem identificada, que já nos atinge diariamente e que poderá atingir gravemente as futuras gerações, se não soubermos responder com a urgência e a ambição que se dita. O atraso aumenta o risco e o custo. Os efeitos são tardios, mas vastos.

O assunto é tão sério que foi alvo da Carta Encíclica “*Laudato Si*” do Santo Padre Francisco sobre “o cuidado da casa comum”, tendo por essa via entrado na agenda dos mais importantes decisores económicos, políticos e religiosos do planeta. Por exemplo, também o Presidente Obama classificou recentemente as alterações climáticas como a maior ameaça à segurança global.

Conforme também referiu o Santo Padre Francisco em Roma a 22 de maio de 2014 na Rádio Vaticano, e que Stern cita no seu livro, “se nós destruirmos a criação, a criação irá destruir-nos”. Não valerá mais precavermo-nos quanto a isso? Existe razão para termos medo de agir já? Poderemos usar o princípio da precaução quanto aos imensos riscos advenientes das alterações climáticas?

É necessária uma nova consciência coletiva. Eleger líderes que combatam as alterações climáticas pondo fim aos subsídios aos combustíveis fósseis, incentivando e investindo nas energias renováveis, apoiando uma taxa sobre o carbono. Os países desenvolvidos têm que dar o exemplo àqueles que estão agora em desenvolvimento: por exemplo a criação de um “banco verde mundial” e de incentivos ao investimento privado nas novas tecnologias.

Ainda vamos a tempo de salvar o planeta? Se consumirmos de forma diferente. Se estivermos atentos ao que compramos, ao que comemos e à forma como obtemos energia, se houver responsabilidade social e ambiental, das empresas, existe essa possibilidade. É necessária a implementação e financiamento da mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Mas também temos que estar atentos a novos problemas novas ameaças emergentes das alterações climáticas ainda pouco faladas, como por exemplo a proliferação de infeções fúngicas mortais.

Em Eugene, Oregon, nos EUA, a 10 de novembro deste ano, as crianças ganharam o direito de processar o governo americano, a indústria de energias fósseis e outras agências

federais, de violar os seus direitos constitucionais ao recusar tomar ação contra as alterações climáticas. É o abrir da caixa de pandora...

O problema das alterações climáticas começa nas pessoas e termina com as pessoas. Dar conhecimento aos cidadãos é uma arma que pode influenciar e potenciar a decisão política. Mas o problema também tem que ser imune à mudança e aos ciclos políticos, é um problema comum, universal e intemporal. No seu livro “Why are we Waiting, The Logic, Urgency, and Promise of Tackling Climate Change”, Nicholas Stern contribuiu em grande medida para nos informar dos riscos que corremos, mas também da grande oportunidade que estamos a viver na coeva sociedade. Seremos para sempre julgados pelo que fizemos agora, é urgente atuar. Stern indica-nos o porquê de adotar este caminho.

Luís Miguel de Figueiredo Lopes

Mestrando da Faculdade de Direito
da Universidade de Coimbra

